



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

LEI Nº 7.168, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2022

Projeto de Lei nº 124/2022 - Executivo Municipal

Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Bernardo do Campo para o exercício financeiro de 2023, e dá outras providências.

ORLANDO MORANDO JUNIOR, Prefeito do Município de São Bernardo do Campo, faz saber que a Câmara Municipal de São Bernardo do Campo decretou e ele promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de São Bernardo do Campo para o exercício financeiro de 2023, compreendendo:

I - o Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta; e

II - o Orçamento da Previdência Municipal.

CAPÍTULO II DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

Seção I Da Estimativa da Receita

Art. 2º A receita estimada totaliza R\$ 6.465.243.000,00 (seis bilhões, quatrocentos e sessenta e cinco milhões e duzentos e quarenta e três mil reais), discriminada nos Anexos I e II, especificada nos seguintes incisos:

I - R\$ 5.926.519.000,00 (cinco bilhões, novecentos e vinte e seis milhões, quinhentos e dezenove mil reais) do Orçamento da Administração Direta, conforme Anexo II;

II - R\$ 75.634.000,00 (setenta e cinco milhões e seiscentos e trinta e quatro mil reais) dos Orçamentos das Autarquias; e

III - R\$ 463.090.000,00 (quatrocentos e sessenta e três milhões e noventa mil reais) do Orçamento da Previdência Municipal.



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Lei nº 7.168 (fls. 2)

Art. 3º A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital, estimadas por Categoria Econômica, conforme Anexos I e II.

Parágrafo único. As receitas advindas de transferências financeiras entre os entes da Administração Direta e Indireta, conforme disposto nas Portarias STN nº 339, de 31 de agosto de 2001, na Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 08 de agosto de 2007, e na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, da Secretaria do Tesouro Nacional, estão discriminadas nos Anexos V-A e V-B.

Seção II Da Fixação da Despesa e sua Distribuição

Art. 4º A despesa fixada totaliza R\$ 6.465.243.000,00 (seis bilhões, quatrocentos e sessenta e cinco milhões e duzentos e quarenta e três mil reais), especificada nos seguintes incisos:

I - R\$ 5.645.915.000,00 (cinco bilhões e seiscentos e quarenta e cinco milhões e novecentos e quinze mil reais) do Orçamento da Administração Direta, distribuída entre as unidades dos Poderes Legislativo e Executivo, conforme Anexo V-B;

II - R\$ 73.536.000,00 (setenta e três milhões e quinhentos e trinta e seis mil reais) dos Orçamentos das Autarquias; e

III - R\$ 745.792.000,00 (setecentos e quarenta e cinco milhões e setecentos e noventa e dois mil reais) do Orçamento da Previdência Municipal.

Art. 5º As despesas das entidades da Administração Indireta, realizadas com recursos por elas diretamente arrecadados, serão discriminadas em seus orçamentos próprios, aprovados em conformidade com a legislação vigente, os quais deverão apresentar a mesma forma do orçamento geral do Município de São Bernardo do Campo, de acordo com a classificação legal instituída.

Parágrafo único. Os orçamentos das entidades da Administração Indireta poderão ser realizados até os limites das suas efetivas arrecadações.

Art. 6º Estão plenamente assegurados os recursos para atendimento aos investimentos e projetos em andamento, e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, conforme estabelece o art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 7º Os Fundos Especiais constantes do Orçamento Fiscal somente poderão ter as suas despesas realizadas até o montante correspondente ao efetivo ingresso das respectivas receitas.



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Lei nº 7.168 (fls. 3)

Parágrafo único. Com base no disposto no **caput** deste artigo, o Poder Executivo suplementará, se necessário, as dotações vinculadas aos Fundos Especiais, até o limite de suas efetivas arrecadações.

Art. 8º A despesa total, fixada por Poder, Órgãos e por Função, encontra-se definida nos Anexos III e IV desta Lei.

Parágrafo único. As despesas realizadas com recursos advindos das transferências financeiras entre os entes da Administração Direta e Indireta, conforme disposto nas Portarias STN nº 339, de 31 de agosto de 2001, na Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 8 de agosto de 2007, e na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 103, de 5 de outubro de 2021, da Secretaria do Tesouro Nacional, estão discriminadas nos Anexos V-A e V-B.

Seção III

Da Autorização para Abertura de Créditos Adicionais Suplementares

Art. 9º Ficam os Poderes Executivo e Legislativo, bem como as Autarquias, autorizados a transpor, remanejar, transferir recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, nos termos da Constituição Federal, e abrir créditos adicionais suplementares entre programas e ações, por decreto, quando necessário, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, relativas às despesas do Orçamento Fiscal da Administração Direta e Indireta e do Orçamento da Previdência Municipal, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o total da despesa fixada no art. 4º desta Lei, calculado sobre o valor consignado, individualmente considerado, para cada Poder ou Ente, conforme autorização prevista na Lei Municipal nº 7.112, de 24 de junho de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2023.

Parágrafo único. A abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o **caput** deste artigo será realizada mediante a utilização de recursos provenientes de:

- I - anulação total ou parcial de dotações orçamentárias;
- II - incorporação de superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial do exercício anterior;
- III - excesso de arrecadação; ou
- IV - operação de crédito.

Art. 10. Ficam excluídos do limite autorizado no art. 9º desta Lei os créditos adicionais suplementares destinados a:

- I - atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização e encargos da dívida, e pessoal e encargos;



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Lei nº 7.168 (fls. 4)

II - atender despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito, convênios, fundos especiais, transferências federais, estaduais e parcerias;

III - incorporar o superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, ou excesso de arrecadação;

IV - suplementar dotação, utilizando recursos alocados na reserva de contingência e na reserva atuarial;

V - à transposição de recursos entre dotações das funções Educação, Assistência Social, Saúde e Habitação; e

VI - atender eventuais despesas decorrentes da pandemia, caso persista a situação no exercício de 2023.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a concederem quaisquer vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alteração da estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações à qualquer título, pelos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, até o montante das quantidades e dos limites orçamentários, cujos valores deverão constar de programação orçamentária específica e serem compatíveis com os limites estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 12. A utilização das dotações com origem de recursos em transferências ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos.

Art. 13. Os Poderes Executivo, Legislativo e as Autarquias poderão recodificar, por decreto, itens do Orçamento Geral do Município para o exercício de 2023, no que for necessário, em razão das atualizações da Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, bem como as demais exigências do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP, para o devido registro do Orçamento Municipal no sistema AUDESP.

Art. 14. As despesas com o pagamento dos requisitórios judiciais estão especificadas nos quadros anexos denominados “Programa de Trabalho” e “Natureza da Despesa”, das Unidades Orçamentárias: 18 - Procuradoria-Geral do Município.

Art. 15. Verificando-se ao final de um bimestre que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidos no anexo de Metas Fiscais da Lei Municipal nº 7.112, de 24 de junho de 2022, Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023, deverá ser promovida a limitação de empenho e movimentação financeira, nos 30 (trinta) dias subsequentes, conforme instituem os arts. 9º e 22 da Lei Complementar nº 101, de 2000.



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Lei nº 7.168 (fls. 5)

§ 1º Para cumprimento do estabelecido no **caput** deste artigo, fica a Secretaria de Finanças autorizada a definir cotas orçamentárias e financeiras, em período a ser definido em instrumento regulamentar interno, bem como a promover a limitação de empenho, quando necessário, no âmbito do Poder Executivo.

§ 2º As Secretarias deverão considerar, para efeito de conter despesas, preferencialmente, os recursos orçamentários destinados às despesas de capital relativas a obras e instalações, equipamentos e material permanente, e despesas correntes não afetas a serviços básicos.

§ 3º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição do valor nas dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 16. Para fins de apuração da disponibilidade de caixa, em 31 de dezembro de 2023, para fazer frente ao pagamento das despesas compromissadas, decorrentes de obrigações contraídas no exercício, considera-se:

I - a obrigação contraída no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere; e

II - que a despesa compromissada será apenas o montante cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma de pagamento.

Art. 17. Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a realizar transferências financeiras para as Autarquias nos montantes estabelecidos em seus programas e ações constantes desta Lei, suprimindo insuficiências financeiras, mediante bloqueio de outras dotações do orçamento de 2023 no respectivo valor, a fim de preservar o equilíbrio orçamentário.

Art. 18. Fica consignado o valor total de até R\$ 1.682.172.452,73 (um bilhão, seiscentos e oitenta e dois milhões, cento e setenta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta e três centavos) para execução pela Administração Direta do Orçamento Criança e Adolescente - OCA.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2023, aplicando-se os seus dispositivos, também, às entidades da Administração Indireta.

São Bernardo do Campo,
12 de dezembro de 2022

ORLANDO MORANDO JUNIOR
Prefeito

Processo nº 125628/2022



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Lei nº 7.168 (fls. 6)

LUIZ MÁRIO PEREIRA DE SOUZA GOMES
Procurador-Geral do Município

JOSÉ LUIZ GAVINELLI
Secretário de Finanças

MÁRCIA GATTI MESSIAS
Secretária-Chefe de Gabinete
Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Governo

Registrada na Seção de Atos Oficiais
da Secretaria de Chefia de Gabinete e
publicada em 14/12/22

MÁRCIA GATTI MESSIAS
Secretária-Chefe de Gabinete
PGM/ckf.

ANEXO I

ESTIMATIVA DA RECEITA TOTAL POR ÓRGÃOS E CATEGORIA ECONÔMICA

R\$ 1,00

1 - Receita Líquida do Orçamento do Executivo Municipal	<u>5.926.519.000</u>
1.1 - Receitas Correntes	4.785.250.000
1.2 - Receitas de Capital	1.139.700.000
1.3 - Receitas Correntes - Intra-Orçamentárias	1.569.000
2 - Receitas diretamente arrecadadas pelas Autarquias	<u>538.402.000</u>
2.1 Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo	<u>463.090.000</u>
Receitas Correntes	463.090.000
Receitas de Capital	0
Receitas Correntes - Intra-Orçamentárias	0
2.2 Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo	<u>75.312.000</u>
Receitas Correntes	35.311.000
Receitas de Capital	40.001.000
Receitas Correntes - Intra-Orçamentárias	0
2.3 Agência Reguladora de Serviços Públicos de São Bernardo do Campo	<u>322.000</u>
Receitas Correntes	322.000
Receitas de Capital	0
Receitas Correntes - Intra-Orçamentárias	0
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	5.283.973.000
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL	1.179.701.000
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	<u>1.569.000</u>
TOTAL GERAL	<u>6.465.243.000</u>

ANEXO II

RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1 - RECEITA TOTAL	<u>5.926.519.000</u>
1.1 - Receitas Correntes	<u>4.785.250.000</u>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.182.121.000
Contribuições	88.368.000
Receita Patrimonial	179.975.000
Receita Industrial	39.000
Receita de Serviços	5.367.000
Transferências Correntes	2.176.825.000
Outras Receitas Correntes	152.555.000
1.2 - Receitas de Capital	<u>1.139.700.000</u>
Operações de Crédito	584.341.000
Alienação de Bens	205.662.000
Transferências de Capital	337.695.000
Demais Receitas de Capital	12.002.000
1.3. - Receitas Correntes - Intra-Orçamentárias	<u>1.569.000</u>
Receita de Serviços - Intra OFSS	1.569.000

ANEXO III

DESPESAS POR PODERES/ÓRGÃOS E FONTES DE RECURSOS

						R\$1,00
Unidade Orçamentária	Recursos Próprios	%	Recursos de Outras Fontes (*)	%	Total	%
Poder Executivo						
01 - Gabinete do Prefeito	3.671.000	0,06	1.200.000	0,02	4.871.000	0,08
02 - Secretaria de Chefia de Gabinete	3.360.000	0,06	-	-	3.360.000	0,06
03 - Secretaria de Governo	14.891.000	0,25	-	-	14.891.000	0,25
04 - Secretaria de Cidadania e da Pessoa com Deficiência	4.594.000	0,08	54.000	0,00	4.648.000	0,08
05 - Secretaria de Finanças	93.884.000	1,58	1.100.000	0,02	94.984.000	1,60
06 - Secretaria de Obras e Planejamento Estratégico	53.248.000	0,90	88.492.000	1,49	141.740.000	2,39
07 - Secretaria de Serviços Urbanos	408.845.000	6,90	28.010.000	0,47	436.855.000	7,37
08 - Secretaria de Educação	674.889.000	11,39	591.928.000	9,99	1.266.817.000	21,38
09 - Secretaria de Saúde - Fundo de Saúde	747.151.000	12,61	497.226.000	8,39	1.244.377.000	21,00
10 - Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal	6.636.000	0,11	4.952.000	0,08	11.588.000	0,20
11 - Secretaria de Habitação	20.589.000	0,35	248.140.000	4,19	268.729.000	4,53
12 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Trabalho e Turismo	7.256.000	0,12	1.860.000	0,03	9.116.000	0,15
13 - Secretaria de Esportes e Lazer	36.562.000	0,62	6.209.000	0,10	42.771.000	0,72
14 - Secretaria de Assistência Social	43.948.000	0,74	10.859.000	0,18	54.807.000	0,92
15 - Secretaria de Segurança Urbana	77.255.000	1,30	14.414.000	0,24	91.669.000	1,55
16 - Secretaria de Comunicação	28.790.000	0,49	-	-	28.790.000	0,49
17 - Secretaria de Transportes e Vias Públicas	171.339.000	2,89	630.749.000	10,64	802.088.000	13,53
18 - Procuradoria Geral do Município	66.019.000	1,11	-	-	66.019.000	1,11
19 - Secretaria de Coordenação Governamental	2.371.000	0,04	-	-	2.371.000	0,04
20 - Secretaria de Cultura e Juventude	21.443.000	0,36	246.000	0,00	21.689.000	0,37
21 - Secretaria de Administração e Inovação	272.004.000	4,59	11.192.000	0,19	283.196.000	4,78
22 - Encargos Gerais do Município	660.771.000	11,15	15.215.000	0,26	675.986.000	11,41
Total	3.419.516.000	57,70	2.151.846.000	36,31	5.571.362.000	94,01
Transferências Financeiras						
23 - Câmara Municipal	80.000.000	1,35	-	-	80.000.000	1,35
24 - Agência Reguladora de Serviços Públicos de São Bernardo do Campo	1.800.000	0,03	-	-	1.800.000	0,03
29 - Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo	273.357.000	4,61	-	-	273.357.000	4,61
TOTAL DE DESPESA	3.774.673.000	-	2.151.846.000	-	5.926.519.000	100,00

(*) Outras fontes: Fundos Especiais, Transferências da União e do Estado, Operações de Crédito e Parcerias

ANEXO IV

DESPESAS POR FUNÇÃO E FONTES DE RECURSOS

R\$1,00

Função	Recursos Próprios	%	Recursos de Outras Fontes (*)	%	Total	%
03 - Essencial à Justiça	25.575.000	0,43	-	-	25.575.000	0,43
04 - Administração	384.228.000	6,48	14.186.000	0,24	398.414.000	6,72
06 - Segurança Pública	78.759.000	1,33	14.841.000	0,25	93.600.000	1,58
08 - Assistência Social	45.698.000	0,77	12.044.000	0,20	57.742.000	0,97
09 - Previdência Social	505.000	0,01	-	-	505.000	0,01
10 - Saúde	786.207.000	13,27	497.246.000	8,39	1.283.453.000	21,66
11 - Trabalho	56.414.000	0,95	220.000	-	56.634.000	0,96
12 - Educação	691.975.000	11,68	591.938.000	9,99	1.283.913.000	21,66
13 - Cultura	21.448.000	0,36	246.000	-	21.694.000	0,37
14 - Direito da Cidadania	415.000	0,01	54.000	-	469.000	0,01
15 - Urbanismo	429.867.000	7,25	114.196.000	1,93	544.063.000	9,18
16 - Habitação	20.589.000	0,35	248.140.000	4,19	268.729.000	4,53
17 - Saneamento	6.655.000	0,11	-	-	6.655.000	0,11
18 - Gestão Ambiental	6.636.000	0,11	4.952.000	0,08	11.588.000	0,20
19 - Ciência e Tecnologia	240.000		800.000		1.040.000	
23 - Comércio e Serviços	2.327.000	0,04	840.000	0,01	3.167.000	0,05
24 - Comunicações	3.478.000	0,06	-	-	3.478.000	0,06
26 - Transporte	171.339.000	2,89	630.239.000	10,63	801.578.000	13,53
27 - Desporto e Lazer	36.562.000	0,62	6.209.000	0,10	42.771.000	0,72
28 - Encargos Especiais	625.599.000	10,56	15.695.000	0,26	641.294.000	10,82
99 - Reserva de Contingência	25.000.000	0,42	-	-	25.000.000	0,42
SUBTOTAL	3.419.516.000	57,70	2.151.846.000	36,31	5.571.362.000	94,01
Transferências Financeiras						
01 - Legislativa	79.990.000	1,35	-	-	79.990.000	1,35
09 - Previdência Social (CÂMARA)	10.000	-			10.000	-
09 - Previdência Social (SBCPREV)	273.357.000	4,61	-	-	273.357.000	4,61
04 - Administração (ARSBC)	1.788.000	0,03			1.788.000	0,03
09 - Previdência Social (ARSBC)	12.000	-	-	-	12.000	-
TOTAL DE DESPESA	3.774.673.000	-	2.151.846.000	-	5.926.519.000	100,00

(*) Outras fontes: Fundos Especiais, Transferências da União e do Estado, Operações de Crédito e Parcerias

ANEXO V - A
CONSOLIDAÇÃO GERAL DOS ORÇAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA
EXECUTIVO MUNICIPAL / CÂMARA MUNICIPAL / AUTARQUIAS
RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS E TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS (*)

		R\$ 1,00
1 ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
1.1 Orçamento do Executivo Municipal		
1.1.1 Receita Orçamentária.....		5.926.519.000
1.1.2 Despesa Orçamentária.....		5.571.362.000
Transferência Financeira à Câmara Municipal.....		80.000.000
Transferência Financeira a Agência Reguladora de Serviços Públicos de São Bernardo do Campo.....		1.800.000
Transferência Financeira ao Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo.....		273.357.000
1.1.3 Total Transferências Financeiras.....		355.157.000
1.1.4 Total de Despesas (1.1.2 + 1.1.3).....		5.926.519.000
1.2 Orçamento da Câmara Municipal		
1.2.1 Receita Financeira.....		80.000.000
1.2.2 Despesa Orçamentária.....		74.553.000
1.2.3 Transferência Financeira ao Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo.....		5.447.000
1.2.4 Total de Despesas (1.2.2 + 1.2.3).....		80.000.000
2 ORÇAMENTO DAS AUTARQUIAS		
2.1 Receita Orçamentária.....		538.724.000
Receita Agência Reguladora de Serviços Públicos de São Bernardo do Campo.....		322.000
Receita Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.....		75.312.000
Receita Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo.....		463.090.000
2.2 Receita Financeira.....		275.157.000
Agência Reguladora de Serviços Públicos de São Bernardo do Campo.....		1.800.000
Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo.....		273.357.000
Total das Receitas das Autarquias.....		813.881.000
2.3 Despesa Orçamentária.....		819.328.000
Despesa Agência Reguladora de Serviços Públicos de São Bernardo do Campo.....		2.122.000
Despesa Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.....		71.414.000
Despesa Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo.....		745.792.000
2.4 Transferência Financeira.....		3.898.000
Despesa Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.....		3.898.000
Total das Despesas das Autarquias.....		823.226.000

(*) Em atendimento às Portarias STN n°s 339/2001, 504/2003 e 688/2005

ANEXO V - B
CONSOLIDAÇÃO GERAL DOS ORÇAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA
EXECUTIVO MUNICIPAL / CÂMARA / AUTARQUIAS
RESUMO ORÇAMENTÁRIO (*)

		R\$ 1,00
RECEITAS		
Executivo Municipal.....		5.926.519.000
Agência Reguladora de Serviços Públicos de São Bernardo do Campo.....		322.000
Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.....		75.312.000
Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo.....		463.090.000
Total de Receitas		6.465.243.000
DESPESAS		
Executivo Municipal.....		5.571.362.000
Câmara Municipal.....		74.553.000
Agência Reguladora de Serviços Públicos de São Bernardo do Campo.....		2.122.000
Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.....		71.414.000
Instituto de Previdência do Município de São Bernardo do Campo.....		745.792.000
Total de Despesas		6.465.243.000
(*) Em atendimento às Portarias STN n°s 339/2001, 504/2003 e 688/2005		

ANEXO VI**LIMITES ORÇAMENTÁRIOS COM PESSOAL**

Lei Complementar nº 101 / 2000 Art. 19, Inciso III

	R\$1.00		
	LEGISLATIVO	EXECUTIVO	TOTAL
TOTAL PESSOAL E ENCARGOS.....	63.734.000	1.487.777.000	1.551.511.000
PESSOAL CIVIL	45.700.000	1.004.262.000	1.049.962.000
CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.....	-	2.494.000	2.494.000
ENCARGOS SOCIAIS	14.174.000	473.985.000	488.159.000
SBCPREV.....	1.827.000	171.999.000	173.826.000
INSS / FGTS	6.900.000	28.629.000	35.529.000
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA - SBCPREV.....	5.447.000	273.357.000	278.804.000
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	-	226.000	226.000
SALÁRIO FAMÍLIA	-	226.000	226.000
OUTRAS DESPESAS.....	3.860.000	6.810.000	10.670.000
<u>COMPROMETIMENTO SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</u>			
RCL AJUSTADA - ORÇAMENTO FISCAL: R\$ 4.573.965.000,00.....	1,39%	32,53%	33,92%
LIMITE MÁXIMO.....	6,00%	54,00%	60,00%
LIMITE PRUDENCIAL.....	5,70%	51,30%	57,00%